

2

O simbolismo em Freud e Jones:

Este capítulo discutirá as concepções sobre simbolismo a partir dos desenvolvimentos teóricos de Freud e Ernest Jones. As conceituações destes autores consistem nos alicerces da perspectiva kleiniana sobre o símbolo, o eixo teórico central desta pesquisa. Laplanche e Pontalis dividem o uso do termo simbolismo na obra de Freud, em um sentido lato e outro restrito:

“Em sentido lato, modo de representação indireta e figurada de uma idéia, de um conflito, de um desejo inconsciente; neste sentido, podemos em psicanálise considerar simbólica qualquer formação substitutiva” (Laplanche e Pontalis, 2001, pg. 480).

“Em sentido restrito, modo de representação que se distingue principalmente pela constância da relação entre o símbolo e o simbolizado inconsciente; essa constância encontra-se, não apenas no mesmo indivíduo e de um indivíduo para outro, mas nos domínios mais diversos (mito, religião, folclore, linguagem, etc.) e nas áreas culturais mais distantes entre si” (Idem).

Estas duas concepções sobre o simbolismo podem ser encontradas em diferentes momentos da obra freudiana. No período histórico inicial da psicanálise, os sintomas da histeria eram compreendidos como expressão simbólica do trauma, um evento gerador de grande dose de afeto. Experiências sexuais vividas passivamente nos primeiros anos da infância, eram consideradas os fatores etiológicos da neurose histérica. Em “Estudos sobre a histeria”, compreendiam-se os sintomas como “símbolos mnêmicos” da experiência traumática suprimida:

“Na histeria o afeto permanece estrangulado e a lembrança da experiência a que está ligado é isolada da consciência. A partir daí, a lembrança afetiva se manifesta em sintomas histéricos, que podem ser considerados como símbolos mnêmicos, símbolos da lembrança suprimida” (J. Strachey, nota do editor inglês em Freud 1893, pg.22).

Freud considerava o símbolo como substituto de uma idéia traumática. Uma idéia inofensiva surgia carregada de afeto irracional devido a seu vínculo com a idéia patogênica.

Após ter abandonado a teoria da sedução, na qual a origem das psiconeuroses era remetida a uma experiência traumática de sedução, Freud ampliou a definição dos sintomas histéricos como símbolos mnêmicos de certas impressões e experiências traumáticas, afirmando serem, também, “fantasias inconscientes exteriorizadas por meio da conversão” (1908, p. 151). As fantasias inconscientes passavam a ser o horizonte interpretativo da técnica psicanalítica da época. Tornar consciente a lembrança reprimida de um evento traumático não era mais o alvo exclusivo das investigações psicanalíticas. A idéia que irá prevalecer é a de que os acontecimentos externos obtêm sua significação nas fantasias e fluxo de excitação pulsional que ativam.

Aproximando a compreensão do simbolismo dos sintomas neuróticos ao simbolismo dos processos oníricos Freud, em “A interpretação dos sonhos” (1900), afirmou que “os sonhos se valem dos símbolos para a representação disfarçada de seus pensamentos latentes”. Os sonhos não possuíam um simbolismo peculiar, mas apenas utilizavam-se das simbolizações já constituídas no pensamento inconsciente, pois assim escapavam da censura. Estas simbolizações aparecem no trabalho de interpretação como “elementos mudos”, tornando o indivíduo incapaz de fornecer associações a seu respeito. A concepção de simbolismo, neste momento, referia-se ao sentido restrito e dificultava o trabalho interpretativo. No entanto, Freud sugere a adoção de uma técnica combinada que “baseie-se nas associações do sonhador e, por outro lado, preencha as lacunas provenientes do conhecimento dos símbolos pelo intérprete” (Freud, 1900, pg. 385). As incertezas geradas no trabalho com sonhos são remetidas à ambigüidade dos

símbolos oníricos, ou seja, a característica de admitirem uma superinterpretação, acolhendo vários significados numa única forma simbólica. O aspecto de plasticidade do símbolo surge, inicialmente, como um obstáculo à compreensão dos sonhos e convoca uma atenção maior a associação livre no trabalho de interpretação.

Emílio Rodrigué, em “La naturaleza y función de los símbolos”, afirma que a presença de uma definição drasticamente restrita em Freud deve-se “a suposição de que os símbolos são silenciosos, tem um significado constante e constituem uma modalidade arcaica de pensamento” (1966, pg. 81). Considera que a posição de Freud sobre o hermetismo dos símbolos fomentou uma dicotomia na técnica de interpretação dos sonhos, ou seja, abriu uma linha divisória entre os “símbolos verdadeiros” e outras formas de representação indireta. Freud, ao desenvolver tardiamente sua teoria dos símbolos oníricos, considerou-o como a quarta forma de distorção e representação no trabalho do sonho (em seguida aos mecanismos de deslocamento, condensação e representabilidade). Assim, fez um acréscimo e não reformulou a teoria dos sonhos como uma estrutura simbólica em sua totalidade.

Ernest Jones manteve a distinção entre um sentido lato e um sentido restrito efetuada por Freud. No entanto, seu objetivo central foi discriminar um sentido restrito e exclusivamente psicanalítico, e distingui-lo das demais formas de representação indireta, tais como as símiles, metáforas, alegorias, alusões e outras formas de representações pictóricas. Ao considerar o “simbolismo verdadeiro” como apresentando uma interpretação que evoca uma reação de surpresa, incredulidade e repugnância frente a seu conteúdo não familiar, Jones introduz a idéia do símbolo como vinculado a um conteúdo recalcado. Este foi o aspecto novo e fundamental para a compreensão do símbolo, apresentado por este autor.

De acordo com Jones, em “Teoria do simbolismo” (1926), referindo-se também ao sentido restrito, os símbolos têm um significado coletivo e sua interpretação é frequentemente rejeitada pelo sujeito. Quanto mais amplo e diluído for o sentido no qual o símbolo for usado, mais facilmente este sentido é percebido e mais prontamente a interpretação é aceita. Jones, enumera cinco atributos que definem o conceito psicanalítico de “símbolo”: representam material inconsciente, significado constante, independência de fatores individuais condicionantes de base evolutiva, presença de conexões lingüísticas entre o símbolo e a idéia simbolizada e paralelos filogenéticos com os mitos, rituais e religiões. Apesar de considerar que o número de símbolos é extraordinariamente alto, afirma que o número de idéias simbolizadas é restrito. Todos os símbolos representam idéias sobre o corpo, relações consangüíneas ou fenômenos do nascimento, amor, morte e, sobretudo a sexualidade, ou seja, um número restrito de idéias primitivas e interesses imagináveis.

Jones define o simbolismo como um paralelo entre duas idéias, estabelecido inconscientemente, onde uma irá substituir e representar outra idéia primária e desconhecida da mente consciente. Segundo ele, todos os símbolos são criados pela mente infantil e primitiva que persiste por toda vida no inconsciente. Tal como a semelhança é a base da metáfora, há uma identificação original como base do simbolismo. Citando Freud, afirma que “uma conexão simbólica foi provavelmente estabelecida em tempos primevos onde eram unidas por uma identidade conceitual e lingüística” (Apud Jones, 1926). Jones aborda este processo de identificar objetos diferentes e fundir diferentes idéias como uma tendência da mente primitiva, observada nas crianças, selvagens, chistes, sonhos, insanidade e outros produtos do funcionamento inconsciente.

Referiu a função da construção de identidades primárias como forma de atender ao princípio do prazer/ desprazer e como forma de lidar com o princípio de realidade. Segundo Jones, a busca por semelhanças facilitaria a assimilação de novas experiências e permitiria o contato com novas “realidades materiais”. A identificação entre objetos evitaria o desprazer gerado nas experiências primitivas, que sem a possibilidade de formar semelhanças, seriam vividas como caóticas. Há três fatores que operam para esta tendência geral e primitiva de identificação: uma incapacidade mental devido a uma ausência de clareza e de definição do pensamento, ter que se haver com o princípio do prazer/desprazer e uma forma de adaptação para lidar assim, com o princípio de realidade.

De acordo com Jones, a formação simbólica mantém um fenômeno regressivo: a reversão a certo estágio de pensamento pictórico, claramente observado em condições especiais onde a consciente adaptação à realidade encontra-se restrita, tal como nos êxtases religiosos e artísticos; ou onde esta adaptação é completamente abolida, tal como nos sonhos e desordens mentais. Quando a adaptação à realidade é efetivada com sucesso, esta identificação torna-se supérflua e cede ao mero significado de um símbolo.

“Simbolismo, desta maneira, aparece como um precipitado inconsciente de um recurso primitivo de adaptação à realidade que se tornou supérfluo e sem uso, um tipo de depósito o qual o adulto prontamente foge em estados de reduzida ou deficiente capacidade de adaptação à realidade, a tempo de recuperar seus antigos e há muito esquecidos brinquedos da infância.” (Jones, 1926, pg. 110).

Emílio Rodrigué (1966) afirma que nossas fantasias inconscientes, a matéria prima de nossa atividade mental, têm um repertório limitado de temas básicos de interesse humano, convergindo, neste ponto, com a teoria de Jones. E que apesar da

espécie humana possuir uma grande variedade de meios de representação simbólica, existem meios de expressão comuns a todos, tal como as partes do corpo como “usina” de símbolos básicos. Na natureza existem, também, numerosas formas e fenômenos que se prestam para adquirir significados simbólicos inequívocos, dada sua semelhança estrutural com os objetos primários.

Rodriguè diverge de Jones no momento em que este considera a irreversibilidade do significado como uma característica específica do “verdadeiro simbolismo”. Este autor propõe exatamente o oposto e considera o símbolo como veículo de extrema plasticidade.

“Cada novo descobrimento analítico traz sua gama de novos significados para velhos símbolos e novos objetos que merecem ser significados simbolicamente. Ao invés de velhas relíquias, os símbolos seriam itens plásticos, capazes de transportar significados múltiplos.” (Rodriguè, 1966, pg. 85).

Rodriguè considera que toda expressão mental inconsciente é simbólica. Assim, os processos simbólicos são definidos como uma série sem fim de substituições evolutivas, uma reposição contínua de uma idéia, interesse, capacidade ou tendência por outra. Busca, então, retomar o simbolismo em seu sentido mais amplo.

2.1.

As formas simbólicas:

Após uma discussão sobre o conceito de simbolismo na obra freudiana e a distinção entre uma compreensão de símbolo no sentido amplo e outra no sentido restrito, objetiva-se abordar uma

definição filosófica que inclui estas duas acepções em uma ainda mais ampla sobre o tema. Ernst Cassirer desenvolve sua “Filosofia das formas simbólicas” a partir de dados históricos e antropológicos e apresenta a função simbólica como o aspecto universal da linguagem e que abarca todo o campo do pensamento humano. O simbolismo é entendido como a característica que distingue o mundo humano do mundo animal. Segundo ele, o animal tem uma inteligência prática, enquanto apenas o homem desenvolveu uma imaginação e uma inteligência simbólica

Ernst Cassirer, filósofo contemporâneo de Freud, propõe que todo organismo vivo de acordo com sua estrutura anatômica possui um sistema receptor e um sistema efetuator. Através do sistema receptor o organismo recebe os estímulos externos e pelo sistema efetuator, reage a eles, estando os dois sistemas intimamente entrelaçados. São elos do círculo funcional do animal. Ao analisar os esforços do homem para compreender a si mesmo e o universo em que vive, afirma que esta tarefa é feita por meio da criação e uso de símbolos. Segundo este autor, as principais formas simbólicas consistem na construção da linguagem, do mito, da arte, da religião, da história e da ciência.

Considerando que o mundo humano está submetido às regras biológicas que regem a vida de todos os demais organismos, Cassirer procura definir qual seria a marca distintiva entre o mundo humano e o mundo animal. Propõe, então, que o círculo funcional do homem não seria apenas quantitativamente maior, mas também qualitativamente modificado. Entre o sistema receptor e o sistema efetuator, o homem teria desenvolvido um novo método para adaptar-se ao meio ambiente. Este terceiro elo seria o sistema simbólico. Desta forma, comparado aos outros animais, o homem não vive apenas em uma realidade mais ampla, vive em uma nova dimensão de realidade. No lugar de uma resposta direta e imediata a um estímulo externo, no homem a resposta é interrompida e retardada pelo processo do pensamento.

Esta concepção sobre o sistema simbólico, como intermediário entre o sistema receptor e o sistema efetuator, se assemelha à concepção freudiana sobre o funcionamento do aparelho psíquico. No capítulo VII da “Interpretação dos Sonhos”, Freud define que esse aparelho, composto de sistemas psíquicos, tem um sentido ou direção e que toda a nossa atividade psíquica parte de estímulos (internos ou externos) e termina em inervações. Atribui ao aparelho uma extremidade sensorial e uma extremidade motora. “Na extremidade sensorial, encontra-se um sistema que recebe as percepções; na extremidade motora, outro, que abre as comportas da atividade motora.” (1900, p. 568).

Para Freud, o aparelho psíquico deve construir-se como um aparelho reflexo. Ao discutir sobre o que seria a “função simples” do aparelho psíquico, define a lei que o impulsiona para o desenvolvimento:

“A princípio, os esforços do aparelho tinham o sentido de mantê-lo tão livre de estímulos quanto possível; conseqüentemente, sua primeira estrutura seguia o projeto de um aparelho reflexo, de modo que qualquer excitação sensorial que incidisse nele podia ser prontamente descarregada por uma via motora” (Freud, 1900, p. 594).

Freud conceituou o princípio de constância como a lei elementar que rege o funcionamento do aparelho psíquico. A constituição de um funcionamento psíquico teria sido motivada para intermediar os estímulos internos e externos que atingem ininterruptamente o organismo vivo. Sobre o organismo vivo em sua forma mais simplificada, Freud utiliza a imagem de uma “vesícula indiferenciada de uma substância que é suscetível de estimulação” (1920, p. 36). Esta descrição ilustra um funcionamento elementar de recepção de estímulos internos e externos e a regulação destes estímulos implica na construção de um funcionamento psíquico. Neste aspecto, a definição desenvolvida por Cassirer do sistema simbólico coincide com a função primordial do aparelho psíquico

desenvolvida por Freud, ou seja, funcionar como elo de intermediação entre estímulos internos e externos.

Para Cassirer, não estando mais num universo meramente físico, o homem vive em um universo simbólico. A linguagem, o mito, a arte e a religião são partes desse universo e correspondem aos variados fios que tecem a rede simbólica, o emaranhado da experiência humana. Todo o progresso humano em pensamento e experiência é refinado por essa rede, e a fortalece. A partir da clássica afirmação de que o homem é um animal racional, Cassirer (1944) sugere uma correção e ampliação desta:

“A razão é um termo muito inadequado com o qual compreender as formas da vida cultural do homem em toda sua riqueza e variedade. Mas todas essas formas são formas simbólicas. Logo, em vez de definir o homem como *animal rationale*, deveríamos defini-lo como *animal symbolicum*”.(Cassirer, 1944).

Partindo do pressuposto que a racionalidade é um traço inerente à natureza humana, acrescenta que esta não é suficiente para sua caracterização. Ao efetuar uma distinção entre linguagem conceitual e linguagem emocional, propõe que, primariamente, a linguagem não exprime pensamentos ou idéias, mas sentimentos e afetos. No entanto, obviamente esta distinção não é radical, já que por mais desenvolvida que seja a linguagem, a ligação com o primeiro elemento não se perde jamais.

Afirma, então, que a diferença entre a linguagem proposicional e a linguagem emocional é a verdadeira fronteira entre o mundo humano e o mundo animal. No comportamento animal ocorre também uma comunicação, e encontram-se sistemas complexos de signos e sinais. Considera que a existência de um sistema de signos nos animais sugere um estágio filogenético anterior da evolução do processo simbólico, que pode ser considerado como pré-linguístico. No entanto, apesar de apontar

para uma ligação dentro de um processo evolutivo, Cassirer é cuidadoso ao diferenciar os signos dos símbolos. Considera, inclusive, que fenômenos como reflexos condicionados são opostos ao caráter essencial dos símbolos. Afirma, então, que sinais e símbolos pertencem a dois universos diferentes de discurso, pois os sinais são “operadores” e símbolos são “designadores”. “Os sinais, mesmo quando entendidos e usados como tais, têm uma espécie de ser físico ou substancial; os símbolos têm apenas um valor funcional” (Cassirer, 1994, p. 58).

“O princípio do simbolismo, com sua universalidade, validade e aplicabilidade geral é a palavra mágica, o abre-te-sésamo que dá acesso ao mundo especificamente humano, ao mundo da cultura humana”. (idem)

Cassirer compreende que o ser humano, na construção de seu mundo, não depende da qualidade de seu material dos sentidos. Afirma que “a coisa de importância vital não são os tijolos e pedras individuais, mas a sua função geral como forma arquitetônica” (idem). Utiliza como exemplo desta afirmação, o caso clássico de Helen Keller, uma menina cega e surda, que, no entanto, consegue comunicar-se e interagir com o mundo a sua volta a partir das experiências tácteis, por exemplo.

Susanne Langer, em “A filosofia em nova chave” (2004), enfatiza que o aspecto construtivo do homem na formação dos significados culturais deve-se ao uso que este possui dos símbolos. Afirma que o emprego de signos é a primeira manifestação da mente e o início da inteligência. O desenvolvimento da linguagem de signos corre em paralelo com o desenvolvimento físico dos órgãos do sentido e da estrutura nervosa da sinapse. Para Langer, os signos:

“Consistem na transmissão de mensagens sensoriais aos músculos e glândulas – aos órgãos do comer, do acasalamento, da fuga e da defesa – e, obviamente, funciona no interesse dos

requisitos biológicos elementares: autoconservação, crescimento, procriação, preservação das espécies”. (2004, P. 41).

O homem faz um uso peculiar dos “signos”, pois os emprega não apenas para indicar coisas, mas também para representá-las. Langer afirma que nossas palavras são utilizadas para conversarmos sobre coisas e, ao invés de apenas anunciar coisas, servem para representar objetos ausentes. Os “signos” utilizados nesta qualidade são “símbolos”. Segundo Langer, “os símbolos não são procuradores de seus objetos, mas veículos para a concepção de objetos” (2004, p. 70). Enquanto os signos indicam uma relação entre um gesto ou palavra e o objeto anunciado, o símbolo inclui um terceiro participante. Em sua função de significação constitui uma relação entre o símbolo, um sujeito e a concepção de um objeto. Esta concepção de uma relação triíplice presente no uso do símbolo encontra-se também na definição de Hanna Segal: “o simbolismo é uma relação entre o símbolo, o objeto que ele simboliza e a pessoa para quem o símbolo representa o objeto” (1993, p. 52).

Langer discute e discorda da teoria utilitária do símbolo, ou seja, de que os símbolos existem para mitigar as necessidades biológicas. Para ela, a distorção no uso de símbolos, a crença dos povos primitivos na “magia da palavra” e o simbolismo dos sonhos são fatores que indicam que a produção de símbolos no homem deve-se a algo diferente do que o uso dos signos nos animais, que atendem a necessidade prática de sobrevivência. Nenhum destes três fatores desempenha alguma função a serviço das necessidades primárias. Propõe a compreensão da mente como um órgão a serviço de necessidades caracteristicamente humanas. Afirma que há uma necessidade básica óbvia apenas no homem: a necessidade de simbolização e tal como Cassirer, afirma que existe “uma natureza essencialmente transformacional da inteligência humana” (2004, p. 51). A simbolização é um ato essencial ao pensamento e anterior a ele.

A lei fundamental que rege os processos mentais é traduzir ativamente experiências em símbolos, no cumprimento de uma necessidade básica de fazê-lo. Langer denomina este processo de ideação, que procede por um princípio de simbolização. O cérebro produziria constantemente idéias espontâneas através do processo de transformação simbólica da experiência. Para esta autora, a mente produtora de símbolos contém mais do que pode ser denominada pensamento. Assim certos produtos da mente consistem em material simbólico, porém, não correspondem às leis de um raciocínio discursivo. Esta transformação simbólica da experiência, denominada por Langer como “processo de ideação”, assemelha-se as concepções freudianas sobre o funcionamento do aparelho psíquico. No tema das representações de coisa que se ligam a representações de palavra, algo semelhante a este processo de ideação parece ocorrer.

2.2.

O simbolismo e o conceito de representação em Freud:

O objetivo, neste sub-capítulo, é articular os conceitos de representação em Freud, à idéia de símbolo que norteia o presente trabalho. Imbasciati, em “Afeto e representação”, discute que na teoria freudiana “o afeto é definido como um *quantum* de energia pulsional, enquanto os processos ideativos estão ligados ao depositar-se de traços mnêmicos” (1998, p. 16), o primeiro daria força e qualidade funcional aos segundos, no conceito de investimento. Desta forma, Freud contrapõe estes dois conceitos de afeto e representação. Para Imbasciati, os símbolos são as unidades elementares que orientam as ligações possíveis entre afeto e representação.

Freud desenvolveu sua teoria metapsicológica a partir da experiência clínica, reformulando-a também através de seus impasses clínicos. Nomeou como “metapsicologia” o sistema teórico que fundamenta a técnica psicanalítica, a partir das perspectivas dinâmica, topográfica e econômica de funcionamento do aparelho psíquico. No capítulo VII de “A interpretação dos sonhos”, o psiquismo foi discriminado em instâncias com características próprias, sistemas que se dispõem em sucessão linear. O sistema Perceptivo, localizado na parte frontal do aparelho, é aquele que supre a consciência de toda a multiplicidade de qualidades sensoriais, não possui capacidade de memória e não retém modificações do que é percebido. O sistema Pré-consciente, situado na extremidade motora, discrimina as excitações que podem penetrar na consciência através da função da atenção. Por trás deste, o sistema Inconsciente não tem acesso à consciência, senão através do Pré-consciente, no qual sofre importantes modificações. Este sistema “transforma as excitações momentâneas do primeiro, em traços permanentes.” (1900, p. 569). Estes traços permanentes correspondem aos traços das percepções que incidem sobre o aparelho psíquico e são descritos como “traços mnêmicos”, pois a função psíquica que se relaciona a eles é a memória.

O conceito de pulsão, apesar de ter sido utilizado pela primeira vez nos Três Ensaio (1905), já estava presente desde o Projeto para uma psicologia científica (1895) como “estímulos endógenos”, “excitações” e outros termos afins. Foi definido, em “A pulsão e suas vicissitudes” (1915), como:

“Um conceito situado na fronteira entre o psíquico e o somático, como o representante psíquico dos estímulos que se originam dentro do organismo e alcançam à mente, como uma medida da exigência feita à mente no sentido de trabalhar em consequência de sua ligação com o corpo.” (1915, p. 127).

A idéia que prevaleceu foi a de que temos notícia sobre as pulsões, exclusivamente através de seus representantes ideacionais (1920, p. 34).

Tanto a definição de representante ideacional das pulsões quanto a idéia de um sistema que transforma as excitações momentâneas em traços mnêmicos, sugerem o momento de transformação de “algo” antes vivido na dimensão sensorial, ao imprimir sua presença no sistema perceptivo, possa tornar-se material simbólico consciente ou inconsciente. Esta descrição sobre o funcionamento psíquico aponta para o processo de transformação das impressões sensoriais e experiências emocionais, imediatamente, em material dos sonhos ou da vida de vigília. Posteriormente, W. Bion iria deter-se no estudo deste processo psíquico primordial e nomeá-lo como “função alfa”, que pode ser compreendida como função primordial para a atividade de simbolização.

“No processo de desenvolvimento desencadeado pelo nascimento, as forças internas precisam ser submetidas a algum tipo de trabalho de ligação para que possam se transformar em símbolos, que evitariam o imediatismo da descarga, criando o domínio do psíquico” Cintra e Figueiredo (2004, p. 9).

Ao desenvolver as diferença entre os dois sistemas, Inconsciente e Consciente/ Pré-consciente, Freud deixa clara a importância do aspecto de ligação entre a representação de coisa, pertencente ao primeiro sistema, e a representação de palavra, pertencente ao segundo sistema.

“O sistema inconsciente contém a representação da coisa dos objetos, e o sistema pré-consciente ocorre quando essa representação da coisa é investida por uma ligação com as representações da palavra que lhe correspondem. São esses investimentos que provocam uma organização psíquica mais elevada, possibilitando que o processo primário seja sucedido pelo processo secundário, dominante no pré-consciente” (Freud, 1915, pg. 206).

Em “O inconsciente” (1915), no Apêndice C, Strachey enfatiza que a ligação entre a representação de palavra e a representação de coisa merece ser descrita como “simbólica”. Ao enfatizar o aspecto de ligação entre as representações de coisa e as representações de palavra, fundamentou a técnica da interpretação a partir da associação livre do paciente e atenção flutuante do analista. Assim, uma representação que não seja posta em palavras permanece no inconsciente, sobre o domínio do processo primário. Poderíamos entender as representações de coisa como este algo mais, produto mental que não corresponde ao raciocínio discursivo, mas que também consiste em material simbólico.

É a ligação a representações de palavras que cria a possibilidade de que aquela representação venha a ser simbolizada sob as leis do processo secundário e possa se tornar consciente. Tais relações constituem uma das principais partes dos nossos processos de pensamento e encontra semelhança com o processo de ideação, descrito por Langer (2004). Porém, isto não significa que a representação de coisa não possa também ser descrita como simbólica. A representação de coisa, formada no momento inaugural do psiquismo, é a primeira forma psíquica de lidar com as sensações corporais dolorosas ou prazerosas. É o registro que fica como traço mnêmico de uma experiência de satisfação ou de frustração. Sendo assim, é o recurso simbólico mais primitivo do psiquismo, ainda regido pelo processo primário, e por isso, material simbólico não submetido às leis do raciocínio discursivo, como afirma S. Langer (2004, p. 52).

Pode-se identificar, a partir das mudanças efetuadas na técnica psicanalítica, uma complexificação na compreensão das formas de expressão simbólica das representações inconscientes. Na primeira tópica, a concepção freudiana de aparelho psíquico supõe um constante processo de simbolização, cuja evolução depende do

alcance atingido pelas forças do recalque. Em seus “Estudos sobre a histeria”, Freud discute os efeitos da técnica da “talking cure”. Anna O. (quem nomeou o método e chamou-o também de “limpeza de chaminés”), após seus freqüentes períodos de “ausências” e alucinações, iniciava longas narrativas e relatava sentir-se mais a vontade, após as mesmas. Freud e Breuer enfatizavam cada vez mais os efeitos benéficos da atividade narrativa da paciente, afirmando que o “afrouxamento” e a “remoção” de seu estado de estimulação, quando os expressava verbalmente em sua hipnose, permaneceram constantes durante todo o tempo em que a paciente ficou em observação:

“Já descrevi o surpreendente fato de que, do começo ao fim da doença, todos os estímulos decorrentes do estado secundário, junto com suas conseqüências, eram eliminados de maneira permanente ao receberem expressão verbal na hipnose (...). Fui apanhado inteiramente de surpresa, e só depois de todos os sintomas serem assim eliminados em toda uma série de situações é que desenvolvi uma técnica terapêutica a partir dessa experiência.” (p. 81).

Neste momento, foi atribuída à fala uma função de escoamento do afeto, que, na ausência deste recurso, era convertido em sintoma físico.

Na segunda tópica, sem abandonar as formulações anteriores, revoluciona alguns aspectos não só da metapsicologia como da técnica psicanalítica. Ao se deparar com a compulsão à repetição e com a pulsão de morte, passa a lidar com aquilo que surge na clínica sem representação e sobre forma de “ato”. O trabalho analítico passa a visar “uma luta perpétua com o paciente para manter na esfera psíquica todos os impulsos que este último gostaria de dirigir para a esfera motora” (Idem, p. 168). O triunfo consiste em que o paciente possa recordar aquilo que, anteriormente, desejaria repetir. No sentido deste esforço em transpor para a esfera psíquica aquilo que pressionava na esfera somática, Freud aponta

para a importância das construções em análise. As construções são a oportunidade de oferecer representações para experiências vividas no campo somático, ou seja, oportunidade de simbolização destas experiências e, conseqüentemente, transposição para o campo psíquico.

Em “Além do princípio do prazer” (1920), oferece um bom exemplo disto, ao descrever a brincadeira de seu neto com um carretel amarrado a uma corda, o jogo do “fort-da”. Ao lançar o carretel para fora do berço e assim, fora do seu campo de visão, a criança pronunciava um prolongado “ooooo!”, enquanto que ao puxar o carretel de volta, pronunciava “da!”. Na primeira parte da brincadeira, foi identificada uma lei psíquica anterior ao princípio do prazer: a compulsão à repetição para atender a pulsão de dominação das experiências traumáticas e a busca por elaboração psíquica. O brincar pode ser compreendido tanto como um modo de exploração da realidade¹ quanto de tentativa de domínio sobre ela.

Segundo Freud, apesar do primeiro ato ser incansavelmente repetido como um jogo em si, o prazer maior ligava-se ao segundo ato. O prazer estava na ação de transformar uma experiência que antes fora vivida passivamente, e agora, através do brincar poderia assumir um papel ativo. O tema era desaparecimento e retorno, seu neto estava rememorando e tentando elaborar a experiência de separação da mãe, através da atividade simbólica do brincar. Usando sons dotados de sentido, característicos dos primórdios da linguagem, estabelece um domínio simbólico sobre o ir e vir da mãe. O carretel era o símbolo do objeto de amor e, ao fazê-lo surgir quando puxado pela corda, o menino estava expressando um desejo inconsciente de recuperar os objetos ausentes

¹ A concepção de realidade foi desenvolvida por Freud em diversos contextos. Ora, referia-se à realidade psíquica, denotando a representação dos impulsos e fantasias e, ora, referia-se à realidade material e a esfera objetiva da experiência. No entanto, entende-se que, subjacente a esta aparente ambigüidade, encontra-se um aspecto dialético do pensamento freudiano em que a realidade psíquica e a realidade material estão imbricadas e compõem a singularidade da experiência.

à hora que bem entendesse. Ao brincar e verbalizar aciona os talentos e a capacidade de simbolização para tornar ativa a experiência do ir e vir da mãe, ao invés de submergir a angústia de separação vivida passivamente e criar um sintoma.

Estes três momentos da teoria da técnica psicanalítica remetem aos diferentes dimensões das funções simbólicas. Na técnica da hipnose, a função simbólica tem o aspecto de escoamento (ab-reação) a partir da narrativa; nas interpretações a partir da associação livre, destaca-se a função de ligação entre as representações de coisa e as representações de palavra, exercida pelo símbolo verbal; e as construções em análise apontam para o caráter de articulação do símbolo com o irrepresentável, ou tal como descreve S. Langer, o material simbólico não discursivo.

2.3.

Os símbolos e as fantasias inconscientes:

As descobertas psicanalíticas sobre o simbolismo e sobre a fantasia inconsciente foram interdependentes e correlacionadas desde o início. Segundo Rodriguè, a interpretação que damos aos símbolos, na clínica, reflete o nosso conhecimento atual sobre a fantasia inconsciente. Nos primórdios da psicanálise, Freud igualava o termo fantasia à idéia de devaneio, satisfação de desejos originários de privações e afirmava que tanto poderiam ser conscientes como inconscientes. “Esses devaneios são investidos com um vivo interesse; são acalentados carinhosamente pelo sujeito e em geral ocultos com muita sensibilidade.” (1908, p. 149).

No artigo “A natureza e a função da fantasia” (1952), Susan Isaacs discute e amplia o conceito de fantasia inconsciente e esta passa a ser entendida como o conteúdo primário dos processos mentais inconscientes, ou seja, “o corolário mental, o representante

psíquico das pulsões”. Algumas raízes desta concepção de fantasia inconsciente podem ser identificadas no capítulo 7 da “Interpretação dos sonhos”, quando Freud descreve o processo primitivo pelo qual surge o desejo. Ao defrontar-se com as excitações produzidas pelas “necessidades” internas, o bebê busca descarga no movimento como forma de expressão emocional, que pode ser exemplificada pelo bebê faminto que grita e dá pontapés. No entanto, a mudança neste estado só ocorre quando há a percepção da experiência de satisfação. Freud afirma que:

“Em decorrência do vínculo estabelecido, na próxima vez em que essa necessidade for despertada, surgirá de imediato uma moção psíquica que procurará reinvestir a imagem mnêmica da percepção e reevocar a própria percepção, isto é, restabelecer a situação da satisfação original. Uma moção dessa espécie é o que chamamos de desejo; o reaparecimento da percepção é a realização do desejo.” (Freud, 1900, p. 595).

Ao descrever o surgimento do desejo, descreve a transformação de uma necessidade exclusivamente somática para sua inscrição na dimensão psíquica. Freud afirma que “o pensamento não passa do substituto de um desejo alucinatório” (Idem), e assim, localizam-se neste momento, os primórdios da fantasia e da vida mental.

A relação entre as fantasias inconscientes e o simbolismo evoca o tema da própria constituição do domínio psíquico. Segundo Isaacs, não há impulso, necessidade ou resposta pulsionais que não sejam vivenciadas como fantasia inconsciente. Isaacs afirma que no início da vida do bebê, as fantasias são construídas em conjunção com os investimentos em certas zonas corporais e estão ativas na mente do bebê muito antes do desenvolvimento da linguagem. E mesmo na vida adulta, as fantasias continuam operando independentemente das palavras, no entanto, “o pensamento de realidade não pode operar sem a concorrência e apoio de fantasias inconscientes” (Isaacs, 1954, p. 124). Esta idéia liga-se a concepção de Ferenczi sobre a identificação primária como

precursora do simbolismo, ou seja, o processo em que o bebê tenta redescobrir em todos os objetos, os seus próprios órgãos e seu funcionamento, pois é nesta rede de equivalências que surgirão os primeiros elos simbólicos que vão formar a primeira trama do “tecido” da fantasia. E, apenas desta forma, o bebê pode deslocar o interesse de seu próprio corpo para o mundo externo. Assim, essas identificações primárias consistem nas unidades elementares de todas as fantasias inconscientes que estão sempre arcaicamente vinculadas à experiência sensorial.

A fantasia é compreendida como “o vínculo que existe entre o impulso do id e o mecanismo do ego, o meio pelo qual um se transforma no outro” (Isaacs, pg. 119). Assim, os primeiros processos mentais, ou seja, os representantes psíquicos dos impulsos amorosos e destrutivos constituem os primórdios da fantasia. As fantasias mais remotas, por pertencerem ao registro do processo primário, caracterizam-se pela ausência de coordenação do impulso, ausência de contradição, pela negação e atemporalidade, e assim, carregam consigo um caráter onipotente. Se a fantasia é a linguagem das moções pulsionais primárias, pode-se supor que a fantasia participa do desenvolvimento inicial do ego, não apenas com relação ao id, mas também, em sua relação com a realidade, apoiando a comprovação da mesma, assim como o desenvolvimento do conhecimento do mundo externo.

De acordo com Ernest Jones (1916), o símbolo é infinito e encontra-se nos gestos, palavras, e em todas as atividades humanas, mas seu conteúdo é restrito às fantasias primitivas que se originam na dimensão somática. De acordo com Cintra e Figueiredo, no pensamento kleiniano:

“As sensações corporais são muito importantes na formação do tecido da fantasia: ela é a configuração psíquica das mais arcaicas sensações e sentimentos, é o lugar no qual se constitui a mais profunda imagem inconsciente do corpo” (2004, p. 151).

Baseada em grande parte da teoria de Jones sobre o simbolismo, Melanie Klein criou uma abordagem nova sobre o tema. Klein compreende o brincar da criança como expressão simbólica de conflitos, desejos e fantasias inconscientes. O simbolismo “se torna a base não só de toda a fantasia e sublimação, mas também da relação do indivíduo com o mundo externo e com a realidade em geral” (1930, p. 252). Os processos de introjeção e projeção contribuem para a interação com objetos externos e internos, e esta interação permite tanto a construção de um mundo interno como modela a experiência com o mundo externo. Melanie Klein define o mundo interno em termos de:

“Relações e acontecimentos internos e é o produto dos próprios impulsos, emoções e fantasias do bebê. Sem dúvida esse mundo é profundamente influenciado pelas boas e más experiências do bebê, provindas de fontes externas. Mas, ao mesmo tempo, o mundo interno influencia sua percepção do mundo externo de uma maneira não menos decisiva para seu desenvolvimento.” (Klein, 1955, p. 170).

Este duplo processo nunca perde sua importância na relação do indivíduo com o mundo à sua volta. Para Imbasciati “o conceito de objeto interno e o respectivo conceito de fantasia constituem um modo de descrever os afetos” (1998, p. 31). Os símbolos são o produto da transformação das experiências afetivas e sensoriais que correspondem aos vários elos que estabelecem a relação com a realidade, compõem o mundo interno e o tecido da fantasia inconsciente.